

## PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Considerando que,

O Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL) tem por missão promover o acesso ao direito, aos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, aos tribunais arbitrais e aos julgados de paz, nos termos do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 127/2007, de 27 de Abril. Compete ao GRAL, através do seu Director, promover a divulgação e a permuta de informação nos domínios do acesso ao direito e aos tribunais e da resolução alternativa de litígios, manter o intercâmbio de informação com entidades públicas ou privadas tendo em vista suscitar o interesse nos meios preventivos ou alternativos de resolução de litígios, bem como promover a publicitação e prestar informação sobre as novas medidas desenvolvidas nos vários domínios da responsabilidade do Ministério da Justiça, conforme previsto nas alíneas i), j) e m) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma. Face ao crescente desenvolvimento e importância que os meios de resolução alternativa de litígios assumem num sistema de justiça assente em princípios fundamentais como os da celeridade e eficácia, é primordial que os Advogados e Advogados Estagiários adquiram conhecimentos específicos neste domínio.

Compete ao Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (CDL) promover a formação inicial e contínua dos Advogados e Advogados Estagiários. A formação complementar dos Advogados Estagiários e a formação contínua dos Advogados são verdadeiramente fundamentais e determinantes tendo em conta os exigentes e complexos desafios que a profissão da Advocacia acarreta. O Conselho Distrital de Lisboa de Ordem dos Advogados tem fomentado a qualidade e o rigor ao nível do conhecimento técnico-científico nas diversas áreas do direito, tendo para o efeito empreendido o estabelecimento de parcerias e de outras formas de cooperação com entidades de reconhecido mérito científico e pedagógico.

O estágio de advocacia tem por objectivo garantir uma formação adequada ao exercício da advocacia, de modo a que esta seja desempenhada de forma competente e responsável, designadamente nas suas vertentes técnica, científica e deontológica. A fase de formação complementar do estágio visa o desenvolvimento e aprofundamento das exigências práticas da profissão, intensificando o contacto pessoal do Advogado Estagiário com um conjunto alargado de realidades relacionadas com o exercício da actividade profissional.



Entre:

O Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, sito na Av<sup>a</sup>. Duque de Loulé, n<sup>o</sup>. 72 – 4<sup>o</sup>, 5<sup>o</sup> e 6<sup>o</sup>, 1050-091 Lisboa, doravante designado por GRAL, neste acto representada pelo seu Director, Dr. Domingos Soares Farinho;

e

O Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, pessoa colectiva n<sup>o</sup> 500 965 099, com sede na Rua de Santa Bárbara, n<sup>o</sup> 46, 5<sup>o</sup> 1169-015 Lisboa, doravante designada por CDL, neste acto representada pelo Presidente do Conselho Distrital de Lisboa, Dr. Carlos Pinto de Abreu,

É celebrado o presente protocolo, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula Primeira


(Objecto)

Pelo presente Protocolo é criada uma formação teórico-prática especializada em meios alternativos de resolução de litígios, destinada aos Advogados Estagiários do CDL da Ordem dos Advogados, integrados na fase complementar do estágio.

#### Cláusula Segunda

(Conselho de Acompanhamento)

1. A formação objecto do presente Protocolo será acompanhada e supervisionada por um Conselho de Acompanhamento, composto por dois representantes do GRAL e dois representantes do CDL.
2. O Conselho de Acompanhamento, terá as seguintes competências:
  - a) Fixar o número de vagas de formação, por cada ano.
  - b) Estabelecer os locais, os períodos e o regulamento de formação.
  - c) Definir o plano de formação teórico e prático a cumprir pelos Advogados Estagiários, que inclua o respectivo faseamento e os resultados esperados, e cuja duração não poderá ser inferior a seis meses nem superior a doze meses, salvaguardando-se sempre os deveres decorrentes do estágio de advocacia.



e) Nomear os supervisores da formação, a quem incumbirá superintendência dos Advogados Estagiários, do ponto de vista científico e pedagógico.

f) Avaliar, científica e pedagogicamente, o desempenho de cada Advogado Estagiário.

#### Cláusula Terceira

##### (Obrigações do GRAL)

1. Para efeitos do presente Protocolo, o GRAL, obriga-se a:

a) Indicar o responsável pelo acolhimento e acompanhamento técnico do Advogado Estagiário, de forma a facilitar a sua integração nos locais de formação prática especializada.

b) Proporcionar aos Advogados Estagiários, um enquadramento teórico-prático que se traduza em valor acrescentado à sua formação e permitir o acesso aos meios necessários para concretização da mesma.

c) Envidar esforços no sentido de candidatar a presente iniciativa a acções de formação ou integração de jovens, possibilitando a incorporação de mais valias adicionais que serão parte integrante do presente protocolo.

d) Emitir certificado de frequência da formação especializada, desde que cumprido o plano de estágio definido.

2. Não constitui encargo do GRAL:

a) O estabelecimento de qualquer vínculo de natureza contratual com os Advogados Estagiários da área do CDL.

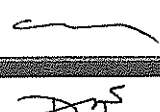
b) O pagamento aos Advogados Estagiários de qualquer montante remuneratório.

3. Os Advogados Estagiários estarão cobertos por um seguro de acidentes pessoais a efectuar pelo GRAL, no âmbito do presente protocolo.

#### Cláusula Quarta

##### (Obrigações do CDL)

1. Constituem obrigações do CDL, seleccionar e indicar ao GRAL os Advogados Estagiários que deverão frequentar a formação, enviando os respectivos currículos e contactos, com uma antecedência mínima de 30 dias úteis sobre o início da mesma.



2. O GRAL reserva-se o direito de aceitar os Advogados Estagiários indicados pelo CDL.

#### Cláusula Quinta

##### (Direitos e Deveres dos Advogados Estagiários)

1. Sem prejuízo do cumprimento de normas deontológicas a que haja lugar, os Advogados Estagiários ficam obrigados ao dever de sigilo, nomeadamente no que se refere aos processos que vierem a aceder e a cumprir as normas e regras de funcionamento dos organismos onde forem integrados no âmbito da formação especializada.
2. Até à conclusão do estágio de advocacia nos termos previstos no EOA e demais legislação em vigor e durante o período da formação especializada, os Advogados Estagiários não poderão patrocinar, em qualquer caso e perante qualquer instância, os utentes dos serviços que no âmbito da formação especializada venham a conhecer.
3. A formação especializada realizada no âmbito do presente Protocolo, confere aos Advogados Estagiários o direito à obtenção de um certificado de frequência, o qual é necessariamente integrado no processo individual do Advogado Estagiário.

#### Cláusula Sexta

##### (Omissões)


Os casos omissos serão resolvidos por acordo dos Outorgantes, com respeito pelas normas gerais e especiais do direito que ao caso se lhe apliquem.

#### Cláusula Sétima

##### (Comunicações)

1. Todas as comunicações efectuadas entre os Outorgantes ao abrigo do presente Protocolo devem ser efectuadas por escrito, preferencialmente através de correio electrónico, de carta/telefax para as moradas constantes do mesmo.
2. Quaisquer alterações aos endereços referidos apenas se tornarão efectivos após recepção da respectiva comunicação escrita.

#### Cláusula Oitava



(Aditamentos)

Todos os aditamentos ao presente Protocolo farão parte integrante do mesmo e deverão constar de documento escrito e assinado pelos Outorgantes.

Cláusula Nona

(Rescisão)

O presente Protocolo pode ser rescindido a todo o tempo por qualquer dos Outorgantes, com base no seu incumprimento, mediante aviso prévio de 30 dias úteis.

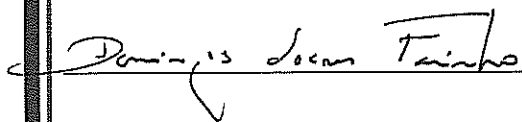
Cláusula Décima

(Vigência)

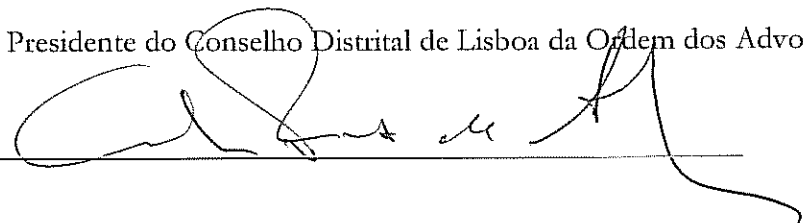
O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e é celebrado pelo período de um ano, automática e sucessivamente renovável, salvo denúncia escrita por qualquer dos Outorgantes até 60 dias antes do seu termo ou da sua renovação.

Lisboa, 21 de Maio de 2008

O Director do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios,

  
\_\_\_\_\_

O Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados,

  
\_\_\_\_\_